

CARTOGRAFIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: OS DESAFIOS PARA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL EM TERRA INDÍGENA POTIGUARA¹

Matheus Ramos Araújo de Sousa

(mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal da Paraíba, pesquisador do GIPCSA)

Resumo:

As Cartografias Sociais em Terras Indígenas é uma forte ferramenta para realizar os diagnósticos socioambientais, e a partir da cosmovisão auxiliar nas implementações das políticas públicas dentro dos territórios. A muito tempo, tanto as cartografias como as políticas públicas agiam de formas coloniais para populações, sempre organizada de forma verticalizada e determinantes, nunca estavam abertas a compreender como os que seriam “beneficiários” dessas políticas poderia auxiliar na sua concretização, Nego Bispo (2022) realiza uma crítica contundente ao Política de habitação Nacional “Minha Casa Minha Vida” por chegar dentro dos quilombos e não compreender os modos de vidas dos quilombos, e retirar o quintal, o principal lugar de sociabilidade, pois não levavam em consideração o modo de habitar desta populações. Dessa forma, Ailton Krenak (2021) afirma que é necessário reaprender com os mais velhos formas de habitar o mundo em uma forma de adiar o fim do mundo, que já foi decretado pelo capitaloceno. Com isso, realizamos como diz Alícia Gonçalves (2021) uma decolonização das cartografias sociais e das políticas públicas, porque partimos da horizontalidade, dos conhecimentos ancestrais, tornando os moradores agentes criadores das suas próprias políticas públicas. Utilizaremos como análise reflexiva a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), tendo como ferramenta de construção o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) que possibilita que os moradores identifique os problemas e como propor as soluções, isto faz com que os moradores sejam agentes ativos, e uma forma de diagnosticar esses problemas é partir dos desenhos cartográficos. Os mapas sociais torna-se chave importante para estes diagnóstico, primeiro por reafirmar cosmopoliticamente o conhecimento que as populações indígenas têm sobre seus territórios, segundo possibilita o mapeamento participativo da/com comunidade, sendo instrumento jurídico para assegurar direitos sociais. Cada desenho, cada traço em cima da cartolina branca, e os processos de colorir, possuem significados atribuídos pela comunidade, portanto realizamos uma cartografia com elementos etnográficos (Gonçalves, 2020). Por fim, a pesquisa é desenvolvida dentro do Território Indígena Potiguara que fica localizado no litoral norte da Paraíba, a 69 km de João Pessoa -PB, sendo divididos em três Terras Indígenas (TI): TI Jacaré de São Domingos, TI Monte-mor e TI Potiguara, todos atualmente demarcados, onde realizaremos a partir do mapas sociais construídos pela comunidade as comparações dos diagnósticos apresentados nos desenhos, que mostra-nos que apesar das particularidades de cada aldeia, o problema sempre é o mesmo, a expansão da monocultura de cana de açúcar.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano:2026).

Palavras Chaves: Cartografia Social; Território Potiguara; Mapeamento Participativo; PGTA.

Resumen:

Social Cartography in Indigenous Lands is a powerful tool for conducting socio-environmental assessments and, drawing on indigenous worldviews, for assisting in the implementation of public policies within these territories. For a long time, both cartographies and public policies operated in colonial ways toward populations, always organized in a top-down and deterministic manner; they were never open to understanding how those who would be the “beneficiaries” of these policies could assist in their implementation. Nego Bispo (2022) offers a scathing critique of the national housing policy “Minha Casa Minha Vida” for entering the quilombos without understanding their ways of life, and for removing the backyard—the primary space for social interaction—since it failed to take into account how these populations live. Thus, Ailton Krenak (2021) asserts that it is necessary to relearn from the elders ways of inhabiting the world as a means of postponing the end of the world, which has already been decreed by the Capitalocene. With this, we carry out, as Alícia Gonçalves (2021) says, a decolonization of social cartographies and public policies, because we start from horizontality and ancestral knowledge, making residents the creators of their own public policies. We will use the National Policy for Environmental Management in Indigenous Lands (PNGATI) as a basis for our reflective analysis, employing the Territorial and Environmental Management Plan (PGTA) as a tool for development. This plan enables residents to identify problems and propose solutions, thereby making them active agents; one way to diagnose these problems is through cartographic drawings. Social maps become a key element for these diagnoses: first, by cosmopolitically reaffirming the knowledge that indigenous populations have about their territories; second, by enabling participatory mapping of and with the community, serving as a legal instrument to ensure social rights. Each drawing, each line on the white cardboard, and the coloring processes carry meanings attributed by the community; therefore, we conduct cartography incorporating ethnographic elements (Gonçalves, 2020). Finally, the research is conducted within the Potiguara Indigenous Territory, located on the northern coast of Paraíba, 69 km from João Pessoa, Paraíba, and divided into three Indigenous Lands (TI): TI Jacaré de São Domingos, TI Monte-mor, and TI Potiguara, all currently demarcated. Using the social maps constructed by the community, we will compare the diagnoses presented in the drawings, which show us that despite the particularities of each village, the problem is always the same: the expansion of sugarcane monoculture.

Keywords: Social Cartography; Potiguara Territory; Participatory Mapping, PGTA.

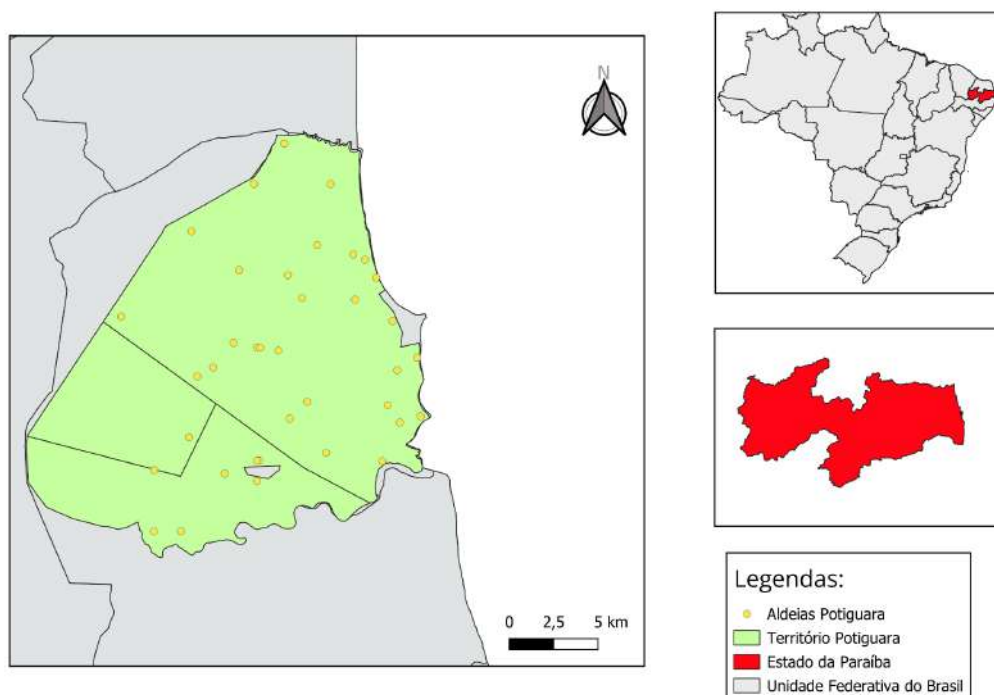
Introdução

Durante a leitura dos textos de Ailton Krenak (2019; 2022), posteriormente com os textos de xamã Davi Kopenawa (2015; 2023), a lógica de fim do mundo estava sempre sendo

evidenciada em formato de denúncia, e de como o nosso modelo de produção criou esse fim do mundo. Em um mundo ocidental, e vivenciado por uma ascensão da extrema direita com princípios protestante, o fim do mundo sempre estava vindo à tona e ocupando espaços nas redes sociais. No entanto, os povos indígenas que já tinham vivenciado o fim do mundo, já reafirmaram que o nosso modelo de produção estava acabando com o mundo. A partir disto, em um novo contato com o meus relatórios e cadernos de campo, surgiu uma lâmpada, o povo indígena potiguara estão através das cartografias sociais buscando formas de adiar o fim do mundo?

Dessa maneira, o presente artigo tem como campo a aldeia São Francisco e Aldeia Cândidos, localizada dentro do Território Indígena (TI) Potiguara, divididas entre duas terras: Aldeia Cândidos é pertencente a Terra Indígena Jacaré de São Domingos, e Aldeia São Francisco na Terra Indígena Potiguara, entretanto, existe mais uma terra à TI Monte-mor. Assim, o Território Indígena Potiguara é constituído por três terras indígenas, possuindo em sua extensão territorial uma área equivalente a 33,3 mil hectares na floresta de mata atlântica, que juntas somam entre todas 32 aldeias, ficando localizado no litoral norte da Paraíba. Abaixo apresento o mapa do Território:

Imagem 01: Mapa do Território



Fonte: Produzido pelo autor em 2025, com referência dos polígonos da FUNAI.

Outrossim, utilizamos a cartografia social em conjunto de uma abordagem etnográfica (Gonçalves, 2021) , em conjunto com análises de diários de campo, e atividades de diagnósticos socioambientais como Café Mundial, representados apenas neste artigo a partir das propostas. Com isso, o objetivo central deste trabalho é compreender como as oficinas de cartografias sociais possibilitaram nas aldeias Cândidos e São Francisco formas para adiar o fim do mundo a partir de suas próprias soluções. Além de compreender como a cartografia social possibilita diagnósticos socioambientais e formas de habitar o território.

Portanto, o artigo reflete ações indígenas potiguara estão sendo mobilizadas para adiar o fim do mundo, em uma lógica de autogestão sobre seus territórios, ou seja, os potiguara estão se organizando para possibilitar melhores condições de vida. As políticas públicas se tornam exercem nesse processo, porém necessita que enxerguem de forma horizontalidade, deixando de lado a colonialidade do saber (Quijano, 2005), as práticas realizadas dentro dos territórios indígenas pelos próprios moradores, torna-se assim, a gente construtivo e participativo para adiar o fim do mundo. Por fim, até quando o modelo de provação ocidental é capitalista persiste o fim dos mundos está próximo.

Cartografias Sociais e o Fim do Mundo

Davi Kopenawa (2015) afirma que o céu sustentado pelo xapiri está caindo sobre nossas cabeças, causando a destruição de toda humanidade. Em forma de que os espíritos da floresta já estão fazendo as declarações que o fim dos tempos está próximo, motivada pela expansão desenfreada que o antropoceno e capitaloceno estão produzindo sobre os territórios e florestas. Para muitos povos indígenas, o fim do mundo já aconteceu, evidenciado por anos de colonização e desestruturação cosmológica dos modos de habitar. Apenas agora, os homens brancos conseguem perceber que o mundo em que vivem está em colapso total, onde o modo de vida gerado pelo “consumo” impactou diretamente o meio ambiente, criando assim uma era, a era do antropoceno.

Dessa maneira, Ailton Krenak evidencia que é necessário adiar o fim do mundo, pensando a possibilidade compreensão de outros mundos a partir de outras formas de habitar. O modelo ocidental nos levou à beira do precipício, e jogou a sociedade em caminho quase sem volta, mas ainda é tempo de adiar o fim do mundo (Krenak, 2019). Assim, para buscar outras formas de habitar o mundo precisa compreender outras formas de saberes, que permita superar a monocultura de saberes científicos. Boaventura de Sousa Santos (2007) chama de

Ecologias dos Saberes busca trazer à tona conhecimentos tido como não científicos, valorizando os conhecimentos populares e tradicionais na construção de outros mundos possíveis.

Quando pensamos em saberes sobre a terra carecemos entender como as populações indígenas enxergam e se relacionam com o território para tentar construir novas proposituras de mundos. A partir das memórias profundas ou memórias subterrâneas (Pollak, 1989) possibilita a compreensão de maneiras de resistência continuadas dos povos indígenas, onde a memória subterrânea sobre terra ficava em evidência e conseguindo adiar o fim do mundo, com práticas de resistência que os povos indígenas mantêm até hoje nas ruínas do fim do mundo.

A Cartografia Social torna papel fundamental na compreensão de novos mundos, primeiro por demonstrar como os povos indígenas reconhecem os seus territórios, e segundo por trazer os indígenas como agentes fundamentais no mapeamento. Isto possibilita uma ruptura direta com o modelo de construir mapas, que sempre foram construídos de formas verticalizadas e através do olhar colonizador sobre os territórios tradicionalmente ocupados. Os mapas produzidos no período colonial ou mapas produzidos já no período de democracia não eram diferentes, o modelo de construção continuava o mesmo.

No entanto a cartografia social possibilitou uma decolonização dos mapas sociais, já que os moradores são principais no desenvolvimentos dos mapas, pois parte da cosmo percepção que este moradores indígenas tem de seu território. Contudo, o pesquisador Alfredo Wagner desenvolveu “Nova Cartografia Social” que não se apresentasse como algo fechado, mas que “a ideia de nova visa proporcionar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, [...], e voltada para múltiplas experimentações fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas” (Almeida, 2013, p. 157). Assim, possibilitando o conhecimento ancestral para o desenvolvimento dessas novas cartografias, que tem como essencial o olhar e o conhecimento dos seus moradores e comunidades tradicionais.

Para tanto, retira da cartografia social esse olhar colonizador de dominação, mas torna os moradores agente de proporcionar o conhecimento sobre o seu território para a cartografia. Desse modo, a cartografia social se desdobra segundo Wagner a “cartografia social se desdobra na imaginação, nas linhas dos pensamentos e em práticas políticas complexas, dialogando criticamente com as circunscrições territoriais inspiradas nos princípios helênicos da reforma de Clístenes” (Almeida, 2013, p. 168).

Diante disso, os mapas sociais também possibilitam um mapeamento participativo da/com a comunidade, partindo do conhecimento tradicional e da sua cosmovisão, sendo também um instrumento político para assegurar direitos sociais de comunidades indígenas. Portanto, misturando Cartografia social com elementos etnográficos ampliando o campo metodológico da antropologia no Brasil e no mundo (Gonçalves, 2020). Assim, a articulação da Cartografia Social possibilita maneiras de habitar e reconhecer o território que faz com que a lógica do fim de mundo seja adiada, como colocado por Luís Marques (2010) os indivíduos são agenciados a partir de um fato socioambiental total que entrelaçam a forma em que eles vivem sobre os territórios ocupados, ainda que o modelo ocidental produziu dicotomias entre território e indivíduo.

Falando com os Mapas Sociais no Território Potiguara

Os mapas aqui apresentados foram realizados durante as atividades de campo no Território Potiguara desde 2024 a 2025, e foram construídos nas oficinas de cartografia social auxiliadas pelo GIPCSA, sob coordenação da Prof^a Dr^a Alicia Ferreira Gonçalves. A narrativa aqui apresentada a partir dos mapas possui foco nos diagnósticos ambientais realizados pelas populações indígenas que possibilita novas formas de habitar o território, e os reconhecimentos dos danos ambientais que vivem o dia-a-dia do território.

A minha primeira visita realizada através das oficinas de Cartografia Social no Território Indígena Potiguara foi realizada na aldeia Grupiúna dos Cândidos, com objetivo de auxiliar a comunidade na construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). Instrumento importante para expansão da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terra Indígena (PNGATI)², que possibilita a compreensão e a obtenção de diagnósticos sociais nas aldeias potiguaras.

O mapa produzido da aldeia Cândidos pelos moradores possibilitou uma compreensão espacial e cosmológica dos modos de vida e de habitação dentro do território indígena, mas reverberou a concepção de uma natureza sobre a mesa derivado da ação do capitaloceno em suas múltiplas formas produtivas dentro TI Indígenas. O ataque aos territórios indígenas acontece de forma violenta, mas também simbólica e ideológica. Este espaço vem sendo representado no mapa social da aldeia Cândidos, principalmente pela monocultura da cana de açúcar dentro do território, reflexo de uma relação colonial de produção. Segundo Malcom Ferdinand (2022) a produção em formato de plantation é a forma

² Decreto 7.747 de 2012.

de perpetuação do modelo econômico e de relação com a natureza colonial. A caso da expansão de cana de açúcar dentro das aldeias, e que está representado no mapa social abaixo:

Imagem 02: Mapa Social da Aldeia Grupiúna dos Cândidos



Fonte: Acervo GIPCSA, 2024.

Esse mapa não representa apenas a produção, mas o modo de vida dessas pessoas. Ou seja, está representando as árvores, as casas de habitação da comunidade, os espaços de religiosidade da aldeia, como a igreja católica e evangélica, as duas únicas ruas da aldeia, o rio grupiúna, espaços de cercas, e os símbolos de diacríticos (João Pacheco de Oliveira, 1998), como a oca da aldeia, e as áreas de lazer: campo de futebol. A representação social também leva a compreender em verde escuro os resquícios de mata atlântica da aldeia Cândidos, mas entre ela (floresta) os fragmentos de plantação de cana. Já denunciado pela destruição que causa na fauna e na flora, de animais que antes eram comuns de se ver e hoje não se via.

Essa lógica de fim já está presente na cosmologia da comunidade, principalmente por entender que esse modelo de produção já não dá para continuar mais. Dona Lenilda em

Em contrapartida, a comunidade reconhecendo esses problemas e desenhando eles através de mapas, possibilitou discussões sobre os dilemas apresentados. A comunidade assim constrói propostas para adiar essa iminência de fim do mundo, sendo estas formas: produção sustentável, área para reflorestamento, e organizações de espaços sociais que modifiquem a forma em como as pessoas da aldeia Cândidos se relaciona com seu meio ambiente, já que faz parte do fato socioambiental total desta comunidade (Marques, 2010), e isto tornou-se evidenciado através da articulação entre cosmovisão e mapas sociais.

Na aldeia São Francisco, aldeia Mãe do Território Potiguara, que também foi mapeada e construídos mapas sociais pelos moradores, com foco principal na cosmovisão que os estudantes e professores têm sobre o território tradicionalmente ocupado. Assim, o mapa é reflexo de como a população da aldeia vivência e experimenta os espaços de uma forma integrada. A forma em corpo é extensão viva do território e o território é extensão viva do corpo (Mata, Pádua, 2025), seja os espaços de prática religiosa, de moradia ou mesmo de lazer.

Algo que está sendo evidenciado o tempo todo pelos moradores destas e outras aldeias refere-se a produção de cana de açúcar. Carregado de denúncia a cana representa para alguns uma desestruturação do modo tradicional de habitar, utilizando uma lógica de desintegração total com a biodiversidade local. No entanto, os moradores trouxeram no mapa outros tipos de vegetação que estão sendo dizimado com monocultura, como exemplo da vegetação de tabuleiro (no mapa representado em laranja) ou os conqueiros, antes com uma grande expansão na costa do litoral norte, hoje encontra-se em fragmentos nas áreas de moradias, quintas. Abaixo apresento para você, caro leitor, o mapa social da aldeia São Francisco:

Imagem 04: Mapa Social da Aldeia São Francisco



Fonte: Acervo GIPCSA, 2025.

As áreas de natureza preservada e de agricultura apresentam uma ruptura direta com essa lógica de lucro e consumo. Moradores que produzem apenas alimentação saudável, como banana, melancia, mangaba ou pessoas extrativistas estão indo em contrapartida ao modelo de produção colonial, mas também são diretamente impactadas principalmente pelas

queimadas que atingem estas produções e proibindo a colheita. A cana de açúcar possui um alto índice de destruição e poluição causada nas aldeias pela fumaça das queimadas, produzindo quiçá vários tipos de doenças para os moradores.

Mas as comunidades lutam contra este fim do mundo que vem sendo experimentado desde o início da colonização. No mapa também foram desenhados: as igrejas, a creche, a escola (municipal e estadual), os espaços diacríticos e de rituais sagrados para os moradores da aldeia, como as formas e a oca no terreiro Potiguara. Ou seja, no mapa não apenas é constituído por desenhos do espaço geográfico, mas as narrativas orais que através dos mapas são reverberados, misturando assim o elemento etnográfico proposto Alfredo Wagner Almeida (2013) e Alicia Ferreira Gonçalves (2020), que já produziu outras experiências a partir de trabalhos de Matheus Ramos (Ver Sousa, 2025). Os mapas não são fixos, mas vivos, e a maneira que nos relacionamos com a natureza está sempre em transformação.

Compreendendo que o território da aldeia São Francisco sofre com a urbanização desenfreada e pela expansão de cana de açúcar, muitos moradores também reflete sobre negligências dos órgãos públicos, como o municipal que realiza a coleta de lixo na comunidade e sendo reflexo de um povo que foi deixado para não existir. Onde a lógica de fim do mundo está presente e sendo refutadas por eles, já que possuem maneiras de se organizar o tempo todo. Assim, a população resiste e (re) existe. A partir desta forma que os moradores desenvolveram proposta para combater essas áreas, e podemos ver na imagem abaixo:

Imagem 05: Propostas para adiar o fim do mundo na aldeia São Francisco

produção fruto de um capitaloceno, representada pela ganância do lucro em detrimento de todos e do meio ambiente. O modelo que relacionamos com a natureza é baseado na exploração e no modelo de plantation (Ferdinand, 2023), cisma da nossa fratura colonial, que separa de forma crua e exploratória, homem e natureza, natureza e cultura.

Dessa forma, trouxe como caso a ser analisado nas discussões, como o povo indígena Potiguara está se organizando para adiar a lógica do fim do mundo. Essas atividades foram realizadas a partir das oficinas e encontros realizados na Aldeia São Francisco e Aldeia Cândidos no Território Potiguara, essas oficinas eram de Cartografia Social. Isto, possibilitou que a comunidade desenhasse sua comunidade e realizassem os diagnósticos socioambientais, existe problemas sociais que só a comunidade será capaz de realizar seu próprio diagnóstico e suas próprias soluções. O que chamo aqui de soluções são formas de adiar o fim do mundo, quando uma comunidade desenha seu território isso faz com que a comunidade discuta sobre seu território, possibilitando ações diretas e concretas sobre os problemas apresentados.

A Cartografia Social na aldeia Cândidos e na Aldeia São Francisco fez com que os moradores proporem ações voltadas a diminuir/combater o plantation dentro do território, com propostas de prolongar a vida na terra, e rompendo diretamente com o fim do mundo. São espaços de continuidade cosmológica, de uma modificação direta do modelo de habitar, como coloca Ailton Krenak (2022). Portanto, enquanto o modelo de exploração existir, enquanto nossas relações estejam baseadas na valorização do mundo, e não nos conectarmos novamente em um fato socioambiental total (Marques, 2010), o fim do mundo estará declarado, como fruto do antropoceno.

Referência

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **O espírito da floresta**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2023.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Nova Cartografia Social: territorialidade específicas e politização da consciência das fronteiras**. Ed. UEA, Manaus, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2012, p. 9. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 11 junho 2026.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução de Letícia Mei. Ed. Ubu, São Paulo, 2022.

GONÇALVES, Alícia. Mapas Sociais: Subsídio para Elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguar. **Rev. Brasileira de História**, s.n, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11226/pdf> Acesso em: 11 de junho de 2026.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2022.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo, 2010.

MATA, Juliete; PÁDUA, Karla. Cartografias da Resistências: A cosmovisão do corpo-território feminino. **Rev. Habitus**, vol. 23, n. 2, Goiânia, 2025. Disponível: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/15441> Acesso em: 11 de junho de 2026.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. **Rev. Mana**, n. 4, online, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/LXbFMZgsrbyVpZfdbdjy6zm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 de junho de 2026.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento. **Rev. Estudos Históricos**, vol. 3, n. 3, Online, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278> Acesso em: 11 de junho de 2026.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Ed. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Rev. Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc> Acesso em: 11 de junho de 2026.

SOUSA, Matheus Ramos Araújo de; Gonçalves, Alícia. Cartografia Social como subsídio para a construção do PGTA: Aldeia São Francisco e Cândidos. **XV Reunião de Antropologia do Mercosul**, UFBA, Salvador, Online, 2026. Disponível em: <https://www.ram2025.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista?simposio=50> Acesso em: 11 de junho de 2026.